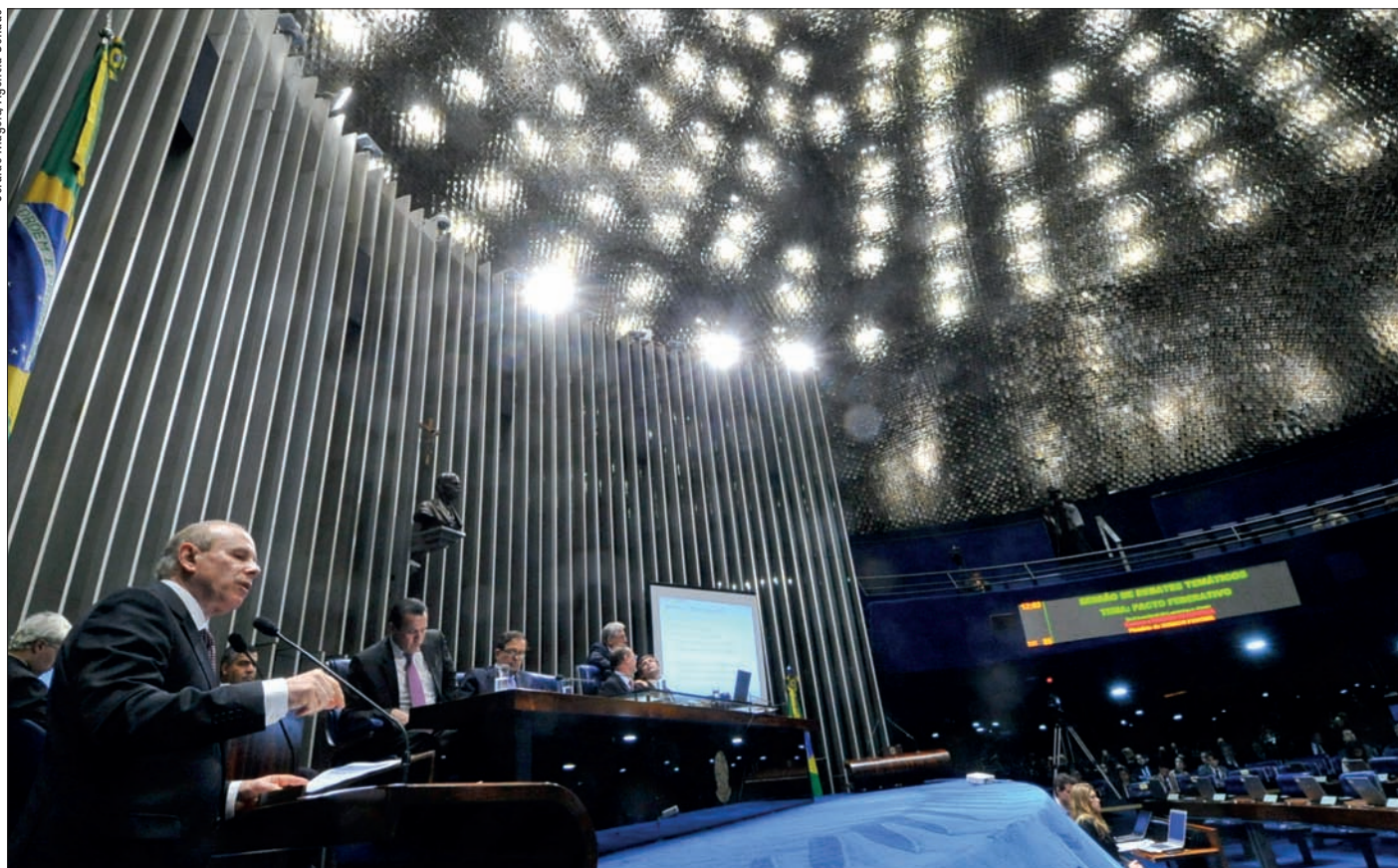




Congresso deve retomar análise do pacto federativo após eleições

Gerardo Magesa/Agência Senado



O debate, que tem gerado polêmica, envolve principalmente a questão das dívidas de estados e municípios com a União e a concessão de incentivos fiscais

O presidente do Senado, Renan Calheiros, assumiu o compromisso de colocar em votação projeto que muda o indexador de dívidas públicas com o governo federal. Uma reforma do ICMS, com novas alíquotas interestaduais, também está na pauta. O objetivo é recuperar a capacidade de investimento de estados e municípios. **3**

Em busca de consenso, o Senado fez sessão temática sobre o pacto federativo em outubro, com a participação do ministro da Fazenda, Guido Mantega (E)

Conselho de Comunicação encerra gestão

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional fará, na quarta-feira, a última reunião com a atual gestão, que teve mandato iniciado em 2012. Obrigatoriedade do diploma para jornalistas, flexibilização do horário de *A Voz do Brasil* e indicação de novos membros estão na pauta. **4**

Falsificação de remédio pode ter punição maior

Estabelecimento empresarial envolvido na falsificação, adulteração ou alteração de medicamentos terá as atividades suspensas pelo tempo que for necessário, segundo projeto de lei. Atualmente, o prazo máximo de interdição como medida cautelar previsto na lei que trata de infrações sanitárias não pode exceder 90 dias. **2**



Gerardo Magesa/Agência Senado

Ao lado de Renan Calheiros, Dilma sanciona projeto de lei aprovado pelo Congresso para contratos públicos com ONGs

Marco regulatório das ONGs é sancionado pelo governo

Entidades não governamentais terão de cumprir uma série de requisitos para a celebração de convênios, como existência

e funcionamento por pelo menos três anos e exigência de ficha limpa tanto para as ONGs quanto para seus dirigentes. **2**

GUIA DE FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE O SENADO FEDERAL

Muitas obras, uma publicação. Agora on-line.

Chegou a versão on-line do Guia de Fontes de Informação sobre o Senado Federal. Agora você tem as informações que precisa sempre à mão e atualizadas. Para conhecer melhor o funcionamento e a importância do Poder Legislativo, consulte o Guia on-line.



Acesse o Guia on-line em www.senado.leg.br/guiadefontes ou utilize o QR Code.



SECOM | COMARK - Criação e Marketing

Renan participa de solenidade no Palácio do Planalto que sancionou o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Projeto nasceu de CPI realizada no Senado

Sancionada lei que regula parceria com sociedade civil

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, participou na manhã de ontem, no Palácio do Planalto, da cerimônia de sanção da lei que institui o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. O novo marco regulatório foi proposto pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) por meio do Projeto de Lei do Senado (PLS) 649/2011. O parlamentar inspirou-se nas recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs, que funcionou no Senado.

O texto estabelece normas gerais para parcerias voluntárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios com organizações não governamentais (ONGs). As regras estão mais rígidas e obrigam a realização de um processo seletivo prévio (chamada pública) para a celebração dos contratos. As entidades não governamentais terão de cumprir uma série de requisitos, como a existência e o funcionamento por pelo menos três anos e a exigência de ficha limpa tanto para as ONGs

quanto para seus dirigentes.

A lei prevê ainda a instalação de uma comissão de monitoramento e avaliação para acompanhar a execução dessas parcerias. Haverá tipos de prestações de contas diferentes para convênios de maior e menor valor e os prazos para a apresentação final das contas deverão ser de, no máximo, 90 dias a partir do término da vigência do contrato. O governo terá até 150 dias para analisar a prestação de contas dos acordos firmados com as entidades.

Jorge Viana comemora o marco em discurso

No Plenário do Senado, a sanção do marco regulatório motivou discurso de Jorge Viana (PT-AC), que pela manhã havia participado da cerimônia no Palácio do Planalto. O senador afirmou que se deu início a uma nova etapa no funcionamento dessas entidades no Brasil.

— Eu tenho a honra de fazer parte de um Congresso que aprovou essa medida. Há dez anos ela estava tramitando. Para quem não sabe, é a lei que regula o funcionamento das ONGs. O Brasil não tinha um marco regulatório para as organizações da sociedade — disse Viana no pronunciamento.

A nova lei traz as regras a serem seguidas pelas organizações da sociedade civil que se interessarem em firmar parceria com governos. Uma das normas é que, para a celebração de convênios, mesmo

sem transferência de recursos, as ONGs deverão ter no mínimo três anos de existência. Além disso, terão de comprovar experiência prévia na área do convênio e capacidade para desenvolver as atividades.

Viana avalia que regras como essa vão ajudar a separar o joio do trigo e assegurar mais credibilidade às instituições da sociedade. Ele espera ainda que o novo marco regulatório seja um atrativo para que mais pessoas se engajem nesse tipo de atividade.

— Tomara que definitivamente o Brasil possa virar essa página de pôr sob suspeição as organizações sociais. Nós vamos ter que ficar atentos aos espertalhões, mas é bom que o país entenda que essas organizações da sociedade precisam de doação financeira. Precisam de trabalho voluntário — afirmou o senador.



Entre os ministros Aloizio Mercadante e Gilberto Carvalho, Renan (2º à dir.) acompanha Dilma na sanção do Marco Regulatório das ONGs

Mais rigor para adulteração de remédios

Aprovado com modificações na Câmara dos Deputados, volta à apreciação do Senado o projeto (PLS 464/2011) do senador Humberto Costa (PT-PE) que permite a suspensão das atividades, pelo tempo que for necessário, do estabelecimento empresarial envolvido na falsificação, adulteração ou alteração de medicamentos.

Atualmente, o prazo máximo de interdição como medida cautelar, previsto na lei que trata de infrações sanitárias (Lei 6.437/1977), não pode, em caso nenhum, exceder a

90 dias. Depois desse período, o estabelecimento é liberado automaticamente. De acordo com o projeto, a interdição de estabelecimentos que falsificarem ou adulterarem medicamentos e cosméticos poderá superar os 90 dias da regra vigente para possibilitar, por exemplo, a realização de testes, provas e análises.

Aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado em caráter terminativo, o projeto foi encaminhado à Câmara dos Deputados, onde tramitou como PL 3.673/2012. Por meio de emendas, a

Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara incluiu os laboratórios de produtos de higiene pessoal e de perfumaria entre aqueles passíveis de interdição por tempo indeterminado.

A emenda da Câmara (ECD 464/2011) será examinada pela CCJ, onde aguarda designação do relator.

Humberto também é autor do PLS 162/2011, que institui uma política nacional de combate à pirataria de produtos sujeitos a controle da vigilância sanitária. O texto está em análise na Câmara.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pronunciamentos

9h Sessão ordinária não deliberativa, destinada a discursos dos senadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner
Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

Secretaria de Comunicação Social

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

Secretaria Agência e Jornal do Senado

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição:
 André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

O presidente do Senado, Renan Calheiros, garantiu que após as eleições vai colocar em votação projeto que muda o indexador das dívidas de municípios e estados com a União

Congresso vai definir novo pacto federativo

PASSADAS AS ELEIÇÕES, o Congresso enfrentará um tema que, embora intensamente discutido nos últimos meses, sempre apresentou dificuldades para consenso: o pacto federativo. O debate envolve todas as obrigações entre estados, municípios e a União, mas tem se concentrado na discussão de dois aspectos: indexação das dívidas estaduais e municipais com a União e as regras para concessão de incentivos fiscais. Ambas as questões são contempladas pelo Projeto de Lei da Câmara (PLC) 99/2013 — Complementar.

Em discurso no Plenário no dia 17, o presidente do Senado, Renan Calheiros, assumiu o compromisso de colocar o projeto em votação após as eleições.

— Nós não podemos mais retardar essa importante decisão. Os estados precisam recuperar sua capacidade de investimento — afirmou Renan.

O PLC 99/2013 determina a troca do atual indexador dessas dívidas — o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) — pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescido de juros anuais de 4%. A proposta fixa também, como limite para cobrança de encargos, a taxa

Selic, devendo ser adotado o que corresponder ao menor valor. Atualmente, os estados e municípios pagam à União usando como indexador o IGP-DI mais juros que vão de 6% a 9% ao ano.

Apresentado pelo Executivo, o projeto começou a tramitar na Câmara no início de 2013. Os deputados mantiveram a fórmula do texto original, mas incluíram descontos nos estoques das dívidas. A proposta chegou ao Senado em outubro de 2013, na mesma semana em que houve sessão temática sobre o pacto federativo com a presença do ministro da Fazenda, Guido Mantega, e dos governadores de Alagoas, Teotonio Vilela Filho, e de Mato Grosso, Silval Barbosa.

Mantega explicou que as dívidas dos estados e municípios foram consolidadas em 1997, quando a União assumiu os débitos e passou a ser credora dos entes federados, que se comprometeram a efetuar pagamentos mensais.

O governador de Alagoas disse que a mudança do indexador traria alívio às contas estaduais, mas não ampliaria de imediato a capacidade de investimento. Teotonio Vilela Filho pediu outras alterações urgentes para garantir uma nova divisão do “bolo de receitas”



Ministro Mantega (E) fala no Plenário durante sessão temática para debater o pacto federativo

de impostos. Essas alterações estão previstas em propostas de reforma do ICMS, novas regras para partilha desse imposto sobre o comércio eletrônico e a convalidação de incentivos fiscais dados pelos estados na chamada guerra fiscal.

Quando o projeto foi à votação no Plenário do Senado, em fevereiro, houve um recuo do governo: o ministro da

Fazenda ponderou que a conjuntura econômica mundial não recomendava mais a aprovação das medidas. Mantega temia o impacto nas contas do governo federal e o rebaixamento da nota de crédito soberano do Brasil pelas agências de classificação de risco — o que acabou acontecendo, em março, mesmo sem a aprovação do projeto.

Estados divergem sobre incentivos fiscais para investidores

Na votação do PLC 99/2013, a Câmara excluiu a parte que previa a convalidação dos incentivos fiscais concedidos pelos estados para atrair investidores sem a aprovação por unanimidade pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne os 27 secretários estaduais de Fazenda.

Esses incentivos foram considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. Diante do clima de insegurança jurídica, empresas estariam cancelando investimentos.

A aprovação da convalidação foi condicionada pelo governo a uma reforma do ICMS, para reduzir a guerra fiscal entre estados com a unificação das alíquotas interestaduais. A proposta (PRS 1/2013), aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), não foi incluída na pauta do Plenário devido à resistência de parte dos estados.

Hoje as alíquotas interestaduais são de 7% no Sul e no Sudeste e de 12% nas demais regiões. A

reforma buscava redução de um ponto por ano, até unificação em 4%. Mas o substitutivo da CAE instituiu três alíquotas: 12% para gás de Norte, Nordeste e Centro-Oeste e produtos da Zona Franca e de áreas de livre comércio; 4% para mercadorias que saem do Sul e Sudeste (a partir de 2016); e 7% para produtos das demais regiões para Sul e Sudeste (a partir de 2018).

Nas transações entre estados de uma mesma região, vale a regra geral que unifica em 4% a partir de 1º de janeiro de 2021.



Luiz Henrique (D) é o relator do projeto que altera regras dos incentivos fiscais

Compensação de arrecadação é causa de impasse

As perdas de arrecadação que os estados viessem a ter em decorrência da redução das alíquotas prevista no PRS 1/2013 deveriam ser compensadas com a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Compensação de Receitas, estipulada na MP 599/2012. Na época da edição da MP, houve muitas críticas de parlamentares quanto ao uso de instrumento provisório para disciplinar um assunto com impacto pelos próximos 20 anos. Devido às divergências, a MP não foi votada e perdeu eficácia no primeiro semestre de 2013.

Paulo Bauer (PSDB-SC) apresentou então um projeto (PLS 106/2013 — Complementar) que reproduz os termos da MP 599/2012. A proposta foi aprovada em 2013 pela CAE e gerou polêmica quanto à constitucionalidade. Os questionamentos sobre a constitucionalidade despertaram o temor de que a proposta causasse a mesma insegurança jurídica da Lei Kandir.

Até 2003, a Lei Kandir garantiu aos estados o repasse de valores para compensar as perdas decorrentes da isenção de ICMS. Mas, a partir de 2004, a Lei Complementar 115 alterou essa legislação e manteve o direito de repasse, embora não fixasse o valor. Com isso, os governadores precisam negociar a cada ano com o Executivo o montante a ser repassado do Orçamento da União.

Mudanças previstas pelos projetos

| | ATUAL | PROPOSTA |
|--|--|---|
| Dívida dos estados e municípios | IGP-DI + 6% a 9% de juros anuais | IPCA + 4% de juros anuais (<i>limitado à taxa Selic</i>) |
| ICMS interestadual | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sul e Sudeste: 7% ▪ Demais regiões: 12% | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gás do Norte, Nordeste e Centro-Oeste: 12% ▪ Zona Franca e áreas de livre comércio: 12% ▪ Mercadorias do Sul e Sudeste para demais regiões: 4% (<i>a partir de 2016</i>) ▪ Mercadorias das demais regiões para Sul e Sudeste: 7% (<i>a partir de 2018</i>) ▪ Transações em uma mesma região: unificação gradual, com a redução de um ponto por ano, até chegar a 4% (<i>a partir de 1º de janeiro de 2021</i>) |

Senador quer evitar inconstitucionalidade

Luiz Henrique (PMDB-SC) apresentou em 14 de julho substitutivo ao PLS 130/2014, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), para afastar o risco de inconstitucionalidade da proposta sobre convalidação dos incentivos fiscais. O substitutivo transfere a decisão para os estados e reduz o quórum para deliberação do Confaz, hoje dependente da unanimidade dos 27 secretários estaduais de Fazenda. O convênio para

a convalidação, de acordo com o texto, pode ser assinado com votos favoráveis de dois terços das unidades federadas e um representante do Sul, outro do Sudeste e um do Centro-Oeste, mais dois do Norte e três do Nordeste. A redução vale apenas para a convalidação de incentivos fiscais, a remissão (perdão) dos créditos tributários decorrentes da “guerra” entre os estados e a eventual reinstauração dos benefícios.

Texto muda ICMS do comércio eletrônico

No âmbito das discussões sobre a reforma do ICMS, Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a inclusão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 197/2012. O texto já foi aprovado pelo Senado e tramita na Câmara. A PEC determina mudança no sistema de cobrança do imposto sobre operações de comércio eletrônico. A ideia é que o ICMS incidente sobre comércio eletrônico seja distribuído entre o estado remetente

e o de destino das mercadorias, independentemente de o comprador ser ou não pessoa física.

Atualmente, de acordo com a Constituição, caso o comprador pelo comércio a distância seja pessoa física (não contribuinte do ICMS), toda a arrecadação permanece no estado de origem da transação. A repartição ocorre somente quando o destinatário dos produtos contribui com o ICMS, ou seja, é pessoa jurídica.

Obrigatoriedade do diploma para jornalistas, flexibilização do horário de *A Voz do Brasil* e indicação de novos membros estão na pauta do Conselho de Comunicação do Congresso

Integrantes se despedem de Conselho de Comunicação

O CONSELHO DE Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS) fará na quarta-feira, a partir das 9h, a última reunião com a atual composição do colegiado, que teve mandato iniciado em 8 de agosto de 2012. Essa é a terceira formação na história da instituição e ainda não há previsão sobre a nova constituição do conselho.

O item mais polêmico da pauta é o que trata da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista. O assunto já foi debatido na Comissão Temática da Liberdade de Expressão do conselho, que se manifestou contra a obrigatoriedade do diploma. Por 7 votos a 5, a comissão aprovou o relatório alternativo apresentado pelos conselheiros Alexandre Jobim e Ronaldo Lemos em oposição ao relatório de Celso Schröder. O parecer da comissão segue, agora, para a deliberação do plenário do conselho.

Segundo Schröder, que preside a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a ação de inconstitucionalidade não partiu da sociedade civil, mas de empresas jornalísticas de São Paulo, e tem como base a mediocridade.

Já Alexandre Jobim, representante das empresas de imprensa escrita no conselho, afirma que a ação de inconstitucionalidade interposta no Supremo Tribunal Federal (STF) também teve como autor o Ministério Público e

não é uma iniciativa exclusiva do empresariado. Jobim argumentou que o STF é que tem a competência de dar a palavra final sobre a constitucionalidade de uma lei, e isso já foi feito, com a conclusão daquela Corte de que a exigência de diploma específico para jornalistas contraria a Constituição em vigor.

A Voz do Brasil

Também na quarta-feira, os conselheiros vão discutir e votar pareceres técnicos que tratam da possibilidade de flexibilização do horário do programa radiofônico *A Voz do Brasil*, que hoje é veiculado obrigatoriamente às 19h, por todas as emissoras de rádio do país.

Dois projetos com perspectivas opostas tramitam no Congresso. O PLS 19/2011 propõe que o programa se torne parte do patrimônio cultural imaterial do país. O texto confirmava a obrigatoriedade de transmissão de segunda a sexta-feira, das 19h às 20h. Porém, parecer aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia retirou a obrigatoriedade de veiculação do programa às 19h. Já o PL 595/2003 torna possível às emissoras escolher o horário de transmissão entre 19h e 22h.

Comissões temáticas

Na terça-feira, haverá reuniões das comissões temáticas de Liberdade de Expressão e Participação Social e de



Última reunião do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional será na próxima quarta-feira. Pauta é extensa

Conteúdos em Meios de Comunicação. Outros cinco itens poderão entrar na pauta do plenário do órgão. Entre eles, o que trata da aplicação de recursos orçamentários para o fomento do audiovisual e da cultura e o que obriga emissoras de TV e rádio comerciais e públicas a destinar minutos diários de sua programação para divulgar informações sobre menores desaparecidos. O conselho ainda vai discutir sobre documento que trata do processo de indicação e renovação dos novos conselheiros, encaminhado pela Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular (Frentecom).

Balanco de atividades do biênio será apresentado pelo colegiado

Também na quarta-feira, será apresentado um balanço das principais realizações do colegiado, que teve 22 reuniões ao longo de seus dois últimos anos de trabalho. O conselho, órgão auxiliar do Congresso Nacional, está previsto no artigo 224 da Constituição de 1988 e é regulamentado pela Lei 8.389/1991. Apesar da regulamentação em 1991, a primeira composição só assumiu em 2002. Em 2004, foram indicados novos integrantes, mas depois houve novo hiato e só ocorreu a posse de novos

conselheiros em 2012.

O colegiado é composto por 13 membros titulares. Cinco são representantes da sociedade civil. As empresas de rádio, televisão e imprensa escrita têm um representante cada uma. As categorias profissionais dos jornalistas, radialistas, artistas e profissionais de cinema e vídeo também têm um representante. Há ainda vaga para um engenheiro "com notórios conhecimentos na área de comunicação social". O mandato é de dois anos, permitida uma recondução.

Senador pede cuidado com índios isolados Fleury critica queima de ônibus em capitais

Jorge Viana (PT-AC) informou ontem, em Plenário, que se reunirá com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para pedir apoio no atendimento aos índios isolados no Acre. Segundo ele, os índios voltaram a fazer contato e é preciso criar as condições necessárias para que a Funai e os sertanistas façam o trabalho que for preciso.

— Os índios isolados vivem na floresta. São centenas deles. Parece pouco crível, é inacreditável, mas existem pessoas que estão na floresta, que têm suas famílias e que não têm contato com nada disso que nós achamos tão essencial na vida. E o Acre tem o maior contingente de índios isolados. Há, pelo menos, quatro áreas com índios isolados. Talvez não haja neste momento uma causa, do ponto de vista humano, mais nobre do que esta — disse ele.

O senador explicou que o governo tem optado por "uma política muito acertada de não procurar fazer contato com esses índios isolados", mas precisa se preparar para atendê-los quando povos indígenas tomam a iniciativa de se aproximarem, como ocorreu no final do ano passado:

— Mais de 70 índios fizeram contato,



Para Jorge Viana, devemos nos preparar melhor para contato com índios isolados

da outra margem do rio. Não houve um contato físico, não houve um contato mais próximo, mas é um sinal de que isso está por vir. E isso acendeu a luz vermelha. Eu estou envolvido na elaboração de um projeto pelo qual a gente possa dar as condições de preparar os índios já contactados, os não índios, os seringueiros, os ribeirinhos, para uma convivência com esses povos que são uma preciosidade da humanidade hoje.

O senador ainda cobrou financiamento que possa dar condições de trabalho para os profissionais da Funai, especialmente na área da saúde.

José Eduardo Fleury (DEM-GO), durante discurso em Plenário ontem, classificou como "guerra e vandalismo" os constantes incêndios de ônibus que têm acontecido nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. O senador lamentou o episódio ocorrido após a derrota do Brasil na Copa do Mundo, no qual 25 ônibus foram queimados na cidade de São Paulo, e destacou que esse tipo de atitude prejudica os próprios usuários de transporte coletivo.

— Se, em vez de queimar os ônibus, o usuário não entrasse nos ônibus lotados que o obrigam a ficar em pé, nós teríamos lotações melhores, porque a empresa, o governo estadual e as parceiras vão ter que aumentar a frota. O ônibus está cheio? Nós não entramos. Não vamos andar em pé. Em avião, ninguém anda em pé! — afirmou.

O senador destacou que a segurança é algo almejado por toda a população e elogiou o atual governo do estado de Goiás, que, segundo ele, teve sua gestão focada em segurança e saúde.

Ele disse que o governo goiano recuperou em 2003 mais de 13 mil carros destinados a ações de segurança pú-



A população das capitais deve se recusar a entrar em ônibus lotados, na opinião de Fleury

blica e, neste ano, entregará cerca de 2 mil veículos novos. Ressaltou ainda a regionalização dos grandes hospitais "para que o cidadão não pense que o melhor médico da cidade do interior é a ambulância da prefeitura".

— Nós temos dois grandes hospitais estaduais para desafogar o grande hospital público, que está em Goiânia — explicou Fleury.

O senador citou também o potencial de crescimento do turismo rural em Pirenópolis, cidade goiana próxima a Brasília que tem economia forte com agricultura e pecuária.